

HABEAS CORPUS Nº 538.318 - SP (2019/0302453-1)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LÍVIA CORREIA TINOCO - SP277493
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, que negou provimento à apelação da defesa em acórdão assim ementado (fl. 30):

Roubo impróprio - Apelação - Dosimetria penal — Pena motivadamente dosada, necessária e suficiente para reprovação e prevenção do crime — Fixação de regime aberto — Impossibilidade — Sentença mantida - Recurso desprovido.

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 157, § 1º, do CP, à pena de 4 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 10 dias-multa (fl. 23).

Interposto recurso de apelação pela defesa, o Tribunal de origem negou-lhe provimento (fls. 29-33).

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para fixar o regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso que o legalmente previsto.

Requer a concessão da ordem para que o paciente inicie o cumprimento da pena em regime aberto.

A liminar foi deferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer manifestando-se pelo não conhecimento da impetração.

É o relatório.

DECIDO.

A defesa pleiteia a concessão da ordem para que o paciente inicie o cumprimento da pena em regime aberto, sustentando que este é mais gravoso que o previsto legalmente.

O Tribunal de origem manteve o regime semiaberto utilizando os

seguintes fundamentos para tanto (fls. 31-32):

A pena-base partiu do mínimo legal e se manteve na etapa intermediária, porquanto a confissão do réu não permite a redução da pena aquém do mínimo legal (Súmula nº 231 do STJ), tomando contornos definitivos em 04 (quatro) anos de reclusão, com 10 (dez) dias-multa, à mingua de modificadoras.

Em que pese o pleito defensivo, o recorrente foi beneficiado com a imposição do regime prisional semiaberto, o que fica mantido pela resignação ministerial, conjugada com a vedação compreendida no princípio da *reformatio in pejus*, pois, responsabilizado por roubo, infração penal grave e repugnante que, por suas circunstâncias e consequências, que desassossega a sociedade e causa traumas profundos em suas vítimas, seria o caso de se lhe fixar o regime fechado.

Sendo a pena-base fixada no mínimo legal e restando definitivamente estabelecida em patamar inferior a oito anos (no caso em espécie, 4 anos), a definição de regime penal mais gravoso exigiria concreta motivação, a tanto não servindo argumentos de gravidade abstrata do delito, a presença de majorantes ou dos genéricos efeitos sociais da criminalidade:

Súmula 440: "Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito".

Súmula 718/STF: "A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada".

Súmula 719/STF: A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea".

Dessa maneira, nota-se que nenhuma motivação pelo crime concretizado foi aduzida no acórdão atacado para fixar o regime mais severo, o que torna certa a ausência de fundamentos válidos para a imposição de regime mais gravoso.

Não se tendo no tema, com a clara motivação deficiente, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço a ilegalidade arguida, confirmando a liminar anteriormente concedida.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para fixar o regime inicial aberto.

Comunique-se.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator